

# Sumário

<b>Lista de Abreviaturas e Siglas</b> .....	XI
<b>Prefácio</b> .....	1
<b>Apresentação</b> .....	5
<b>Introdução</b> .....	9
<b>1 Direito de ação: breves considerações</b> .....	17
1.1 Teoria imanentista .....	18
1.2 Teorias autonomistas.....	21
1.2.1 Teoria concretista .....	21
1.2.2 Teoria abstratista.....	24
1.2.3 Teoria eclética de Liebman .....	27
1.3 As condições da ação no Código De Processo Civil de 2015 .....	37
1.4 Conclusões parciais .....	44
<b>2 Da inafastabilidade da jurisdição ao acesso à ordem jurídica justa</b> .....	45
2.1 A garantia constitucional em perspectiva histórica .....	47
2.1.1 Prévia conciliação obrigatória .....	47
2.1.2 Prévio exaurimento administrativo obrigatório.....	55
2.1.3 Insindicabilidade judicial.....	58
2.2 A garantia constitucional no contexto contemporâneo.....	68
2.3 Conclusões parciais.....	78
<b>3 Interesse processual</b> .....	81
3.1 Construções teóricas .....	82
3.1.1 Interesse material x interesse processual.....	83
3.1.2 Estado de lesão.....	95
3.1.3 Interesse processual como expressão do princípio da economia .....	102

3.1.3.1 Utilidade do processo como meio de resolução de conflitos .....	103
3.1.3.2 Utilidade do processo como resultado.....	116
3.1.4 Necessidade, adequação e utilidade.....	122
3.1.4.1 Interesse-necessidade.....	124
3.1.4.2 Interesse-adequação .....	130
3.1.4.3 Interesse-utilidade .....	136
3.1.4.4 Binômio(s) ou trinômio? .....	143
3.2 Características.....	144
3.3 Finalidades.....	147
3.3.1 Economia processual .....	148
3.3.2 Boa-fé e vedação ao abuso de direito.....	150
3.4 Natureza jurídica: pressuposto processual, condição da ação ou mérito? (interesse processual estático x interesse processual dinâmico) .....	159
3.5 Síntese.....	166
3.6 Conclusões parciais .....	168
<b>4 Filtragem de demandas: acesso à justiça e interesse processual .....</b>	<b>171</b>
4.1 Prestação jurisdicional como serviço público: acesso, eficiência e proporcionalidade .....	174
4.2 Utilização do interesse processual como ferramenta de filtragem de demandas: estudo de casos.....	206
4.2.1 Previsão normativa expressa de necessidade de prévio acionamento da via administrativa .....	206
4.2.2 Necessidade de prévio requerimento administrativo e jurisprudência: o caso das demandas previdenciárias .....	215
4.2.3 Cláusula de prévia tentativa de autocomposição.....	231
4.2.4 Uso de plataformas online de resolução de conflitos: o caso consumidor.gov .....	243
4.2.5 Serventias extrajudiciais: jurisdição voluntária em matéria de família e sucessões, usucapião administrativa e prévio protesto do título executivo extrajudicial .....	250
4.3 Parâmetros para adequada utilização do interesse processual como ferramenta de filtragem de demandas à luz do acesso à ordem jurídica justa.....	273

4.4 Pretensão resistida: os projetos de lei nn. 533/2019 e 3.813/2020 .....	276
4.5 Conclusões parciais .....	290
<b>5 Conclusão .....</b>	<b>293</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>299</b>